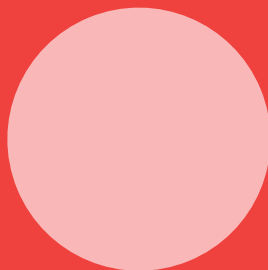


BALANÇO

MANDATO DO VEREADOR
EDUARDO SUPPLY

2017 – 2020



supply★

PALAVRA DO SUPLYCY

Eis o Relatório das atividades que, com a equipe de meu gabinete, pude realizar como vereador nesses quatro anos, de 2017 a 2020, após ter sido eleito com o recorde de votos para um vereador na história de São Paulo e do Brasil, 301.446 votos, em 2 de outubro de 2016. Procurei realizar as responsabilidades de bem representar o povo, fiscalizar os atos do Executivo e de legislar, seja examinando, debatendo, aceitando ou não as proposições do Prefeito e dos colegas vereadores, seja também apresentando proposições. Quero aqui muito agradecer a todas as pessoas que comigo colaboraram no gabinete, ao longo desses quatro anos, inclusive algumas que hoje estão em outras atividades, mas que foram tão importantes para o desenvolvimento desta missão. Também agradeço muito a tantas pessoas, cidadãos e cidadãs desta cidade, que colaboraram voluntariamente comigo em incontáveis ocasiões, trazendo sugestões, apresentando pessoas que vieram a contribuir imensamente para que eu pudesse realizar um trabalho melhor.

Eduardo Matarazzo Suplicy

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Agenda	6
3. Atendimentos	8
3.1 Atendimentos marcantes	10
4. Atividades parlamentares	24
4.1 Plenário	24
4.2 Manifestações em plenário	24
4.3 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	25
4.4 Comissões parlamentares	25
4.5 Frentes parlamentares	26
4.6 Requerimentos de informações e pedidos de acesso à informação ao Poder Executivo	27
5. Projetos	32
6. Seminários, prêmios e emendas parlamentares	33
6.1 Seminários	33
6.2 Prêmios	34
6.3 Emendas	34
7. Temas principais abordados no mandato	36
7.1 Renda básica de cidadania	36
7.2 Trabalho e renda	36
7.3 População em situação de rua	37
7.4 LGBTQI+	37
7.5 Direitos humanos e direito à cidade	38
7.6 Moradia	41
7.7 Educação	41
7.8 Saúde	42
7.9 Cultura	42
7.10 Meio ambiente	43
7.11 Transparência e participação social	43
7.12 Medidas emergenciais na pandemia do Coronavírus	44

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do vereador Eduardo Suplicy está diretamente relacionada à luta pela garantia dos direitos humanos no país. Desde que entrou para a vida pública, em 1978, quando foi eleito deputado estadual, dedicou sua vida para o auxílio e a atenção às pessoas mais vulneráveis. Como deputado estadual, deputado federal, vereador, senador, secretário municipal e agora novamente vereador, sempre pautou sua atuação pela defesa dos direitos humanos e pela construção da cidadania de brasileiros, paulistas e paulistanos.

Nesses mais de 40 anos, Suplicy envolveu-se em questões de repercussão nacional e atuou em casos emblemáticos enquanto membro da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, organização não-governamental que atuava principalmente no combate a violações cometidas em estabelecimentos de privação de liberdade e por agentes do Estado encarregados do controle da violência. Acompanhou de perto e contribuiu significativamente em casos como a rebelião no Complexo do Carandiru, em São Paulo, em 2001; o massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996; a reintegração de posse da ocupação denominada Pinheirinho, em São José dos Campos, em 2012; bem como apoiou diversos casos de mães com filhos sequestrados, entre tantas outras situações.

Como secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) entre 2015 e 2016, essa luta se intensificou, em função de estar diretamente envolvido com os conflitos urbanos e violações diárias das quais a cidade de São Paulo é palco. À frente da Secretaria promoveu programas importantes como o Transcidadania, política pública voltada à garantia de direitos e à autonomia de travestis e transexuais nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social e garantia de renda. Valorizou programas de Direito à Memória e à Verdade, como o processo de identificação das ossadas da vala clandestina de Perus, além de diversas ações de fomento à justiça, como o apoio à Comissão da Memória e da Verdade do Município e o projeto Ruas de Memória, que substitui nomes de violadores de direitos humanos em ruas da cidade. Foi, ainda, um dos coordenadores do programa De Braços Abertos, baseado na redução de danos, que atendia 505 pessoas envolvidas com drogas, proporcionando-lhes acesso ao trabalho, educação, moradia e recuperação da dependência química. Esteve à frente da construção de políticas para imigrantes, como o Centro de Referência e Acolhida de Imigrantes (CRAI); para idosos, como a Universidade

Aberta para a Pessoa Idosa (UAPI); para jovens, como o programa Juventude Viva, visando a redução do genocídio da juventude negra e de periferia; para crianças e adolescentes, como a criação de oito novos conselhos tutelares na cidade; para população em situação de rua, com a realização da Pesquisa Qualitativa da População em Situação de Rua, entre tantas outras políticas públicas que a secretaria desenvolveu e com as quais interagiu junto a outros órgãos municipais, estaduais e federais.

De volta à Câmara Municipal, em seu segundo mandato como vereador, Suplicy mantém seu foco na atuação parlamentar voltada principalmente para a garantia e promoção dos direitos humanos em aspecto amplo, na produção de projetos que visem à redução da desigualdade e à defesa de direitos, na fiscalização do Poder Executivo municipal em atenção às grandes demandas coletivas e na busca da prestação de serviços públicos de qualidade para todas as cidadãs e todos os cidadãos de São Paulo.

Nesses quase quatro anos de mandato, o vereador e sua equipe atuaram no enfrentamento de problemas da cidade, tanto nas demandas internas da Câmara Municipal, como as comissões das quais Suplicy foi membro, quanto nas solicitações individuais de munícipes, de coletivos e dos movimentos sociais ligados aos diversos segmentos que se organizam para discutir temas como mobilidade urbana, mortes no trânsito, cortes orçamentários, desmonte de políticas públicas, violações e redução de serviços em direitos humanos, saúde, educação, assistência social, habitação, cultura, entre outros.

Ao olhar em retrospectiva para os quatro anos do mandato, pode-se observar a presença atenta e constante do Suplicy em audiências públicas, debates, manifestações, reuniões ordinárias, diligências e outras ações, conforme será detalhado a seguir.

2 AGENDA

O hoje vereador Eduardo Suplicy sempre esteve disponível para atender as mais diversas solicitações em sua agenda. São compromissos fixos e prioritários os que estão relacionados ao exercício do mandato, como reuniões de Comissões, audiências públicas e Sessões Plenárias. Nos períodos em que não há atividades na Câmara, incluindo os finais de semana, são atendidas as demais solicitações, das mais diversas ordens, sejam reuniões, palestras, entrevistas, visitas, diálogos com jovens e estudantes, conversas de mediação, atendimentos de munícipes.

Importante destacar também como prioridade, durante este atual mandato, a presença do Suplicy em apresentações de pesquisas sobre os problemas da cidade, perfil das regiões e da população, Mapa da Desigualdade, e o levantamento dos problemas dos bairros, sobretudo os da periferia. Com isso, buscou entender melhor as diversas realidades locais da nossa cidade e refletir sobre as políticas públicas mais prementes para melhorar a vida da população, com ênfase para quem mais precisa.

Até o início da pandemia esses compromissos eram, em sua maioria, presenciais. Nesses quatro anos de mandato, a equipe do gabinete se organizou em escalas para acompanhar Suplicy em suas agendas de trabalho, de domingo a domingo, incluindo os feriados. Algumas vezes, numa metrópole como São Paulo, ocorrem chamados de emergência que o vereador faz questão de prontamente comparecer, e que acabam nem sendo registrados em sua agenda. Como não há restrição em relação à divulgação de seu número de celular, muitas vezes ele próprio atende às chamadas de emergência ou aos convites que lhe chegam. As situações que envolvem chamadas de emergência, muitas delas listadas no item *Atendimentos Marcantes*, não constam nesta contagem de compromissos, pois não foram eventos planejados.

De acordo com o quadro-resumo dos registros de agendas no sistema do gabinete, entre 2017-2020 Suplicy teve **1.656 compromissos presenciais**, sendo 1.518 nos anos de 2017, 2018 e 2019, e 138 neste ano de 2020, até que a pandemia impôs o isolamento social e as agendas passaram a ser executadas de maneira remota.

Pode-se classificar as 1.656 agendas presenciais (janeiro de 2017 até março de 2020) da seguinte forma:

- a. Reuniões com municípios e entidades** – para assuntos de relevância para o município, **444** registros de compromissos.
- b. RBC – Renda Básica de Cidadania** – **63** compromissos relacionados ao tema, reuniões com acadêmicos, estudiosos e entidades da sociedade civil.
- c.** Entrevistas para meios de comunicação e a pedido de estudantes – total de **180** agendas deste tipo.
- d. Eventos culturais** – **348** agendas relacionadas às áreas de teatro, cinema e música, lançamento de livros, corridas de bairro e homenagens.
- e. Eventos institucionais** – **479** compromissos que incluem convites diversos de entidades não-governamentais, faculdades, equipamentos públicos, solenidades para entrega de prêmios.
- f. Atos políticos** – manifestações em torno de temas polêmicos ou de reivindicação e defesa de direitos tais como, Marcha de Mulheres, Marcha de Mulheres Negras, atos contra prisões injustas e/ou infundadas, atos em defesa da população em situação de rua e atos partidários, totalizando **174 agendas**.
- g. Governo, Defensoria Pública e Ministério Público**, onde estão os compromissos de reuniões com o prefeito, secretários ou membros do Ministério Público para discussão de temas de interesse do município, total de **55**.
- h. Diligências** – **13 atividades** oficiais de fiscalização do Poder Executivo, em que geralmente comparecem um ou mais vereadores representando uma comissão

Desde o início das recomendações de isolamento social em função da pandemia da Covid-19, todos os compromissos do vereador passaram a ser virtuais, seguindo as mesmas diretrizes e escala de prioridades. **Entre 20/03 e 28/10/2020** o vereador Suplicy participou de **398 compromissos remotos**, sejam “lives”, palestras ou entrevistas. Desses compromissos, 70% trataram do tema da Renda Básica de Cidadania. Dadas as dificuldades impostas pelo problema de saúde pública, a ideia da Renda Básica mostrou-se uma medida mais que necessária e urgente, que despertou e ainda vem desencadeando inúmeros debates.

3 ATENDIMENTOS

Suplicy sempre relembra o diálogo que teve com seu pai, ao acompanhá-lo nas ocasiões em que pessoas vinham lhe pedir auxílio: “Meu filho, mais importante do que qualquer auxílio que você possa dar é você poder ouvir a história e o problema que essa pessoa lhe traz”, recomendação que procura seguir até hoje.

Ao longo de toda sua trajetória parlamentar, Suplicy manteve seu gabinete aberto a todas e todos que o procurassem, e na Câmara Municipal de São Paulo não é diferente. Atento às demandas populares, e sempre presente onde for chamado, o vereador e sua assessoria procuram colocar em prática, na atividade diária do gabinete, a interação com a sociedade. Tanto é que o gabinete é reconhecidamente o que mais atende à população na Câmara Municipal.

Com o objetivo de promover a inserção daqueles mais vulneráveis que não têm acesso à Internet, o vereador Eduardo Suplicy disponibilizou um computador na recepção do gabinete exclusivamente para o uso de munícipes que necessitam procurar trabalho, fazer um currículo ou consultar sua caixa de e-mails. Muitas pessoas, especialmente aquelas em situação de rua, utilizam esse computador. Há grande procura, chegando o gabinete a receber, diariamente, em média 15 pessoas. A assessoria de gabinete organiza uma fila e o tempo de cada pessoa, para que todos tenham a oportunidade de acesso.

Com uma agenda bastante sobrecarregada, diariamente recebe solicitações de diversas ordens: palestras em universidades, entrevistas para trabalhos de faculdade, entrevista para pesquisadores e para a imprensa, pedidos de audiência para tratar de problemas do município ou projetos de lei que tramitam na Câmara Municipal, além de numerosas solicitações de agendas em outros municípios, estados e até outros países. Embora haja uma assessoria responsável, sempre que possível o atendimento é feito pelo próprio vereador Suplicy.

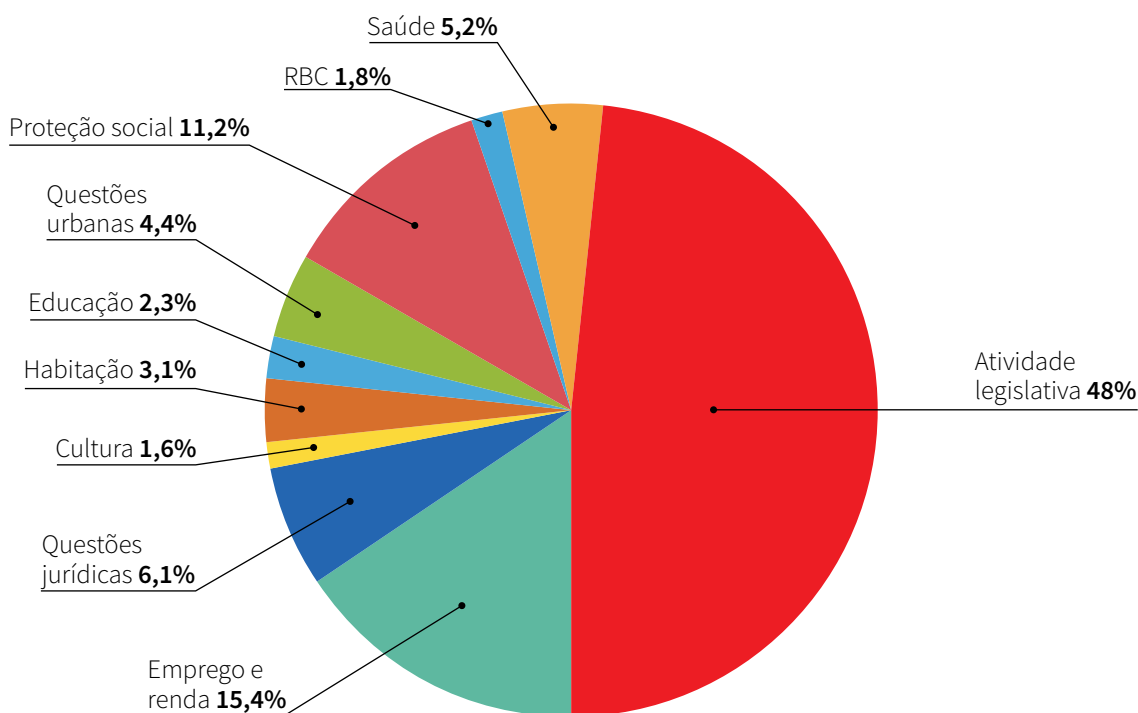
Muitas vezes, as demandas que chegam ao gabinete não estão diretamente relacionadas à missão de legislar ou de fiscalizar o Poder Executivo municipal. Mesmo assim, surgem com frequência e são igualmente consideradas pelo mandato. Procura-se dar resposta às solicitações, falar a verdade sem promover falsas expectativas, estabelecer empatia para com os cidadãos e, com objetividade, auxiliar na busca de alternativas para a resolução de seus problemas. Sempre que tais demandas forem de competência do Poder

Público – como nos serviços da Defensoria Pública, por exemplo – e, em acordo com os municipais, o gabinete realiza orientação e encaminhamento para os órgãos institucionais responsáveis.

No período compreendido entre 01/01/2017 a 18/10/2020, foram realizados **8.229 atendimentos a municipais e/ou entidades**, entre atendimentos presenciais e demandas que chegaram por e-mail, versando sobre os mais diversos assuntos. Todas e todos que procuram o gabinete são atendidos, sem exceção. Mesmo quando a demanda se refere a questões que ultrapassam o limite das atribuições de um vereador, as pessoas são comunicadas e, quando possível, sugere-se a elas um caminho alternativo, o que confere ao gabinete a configuração de um local de acolhimento. Essas demandas que chegam ao vereador Suplicy lhe permitem maior aproximação com a cidade, tão necessária à atividade parlamentar, estimulando o diálogo e a produção legislativa de qualidade, além dar visibilidade às pautas trazidas pela sociedade civil.

O principal assunto pelo qual é procurado diz respeito às atividades próprias de mandato, responsável por 50% das demandas, incluídos aí pedidos de agenda, assuntos partidários, pedidos de informações e de orientações. No entanto, com frequência tais demandas exigem ações intersetoriais e acabam por gerar outras demandas. O segundo tema mais demandado refere-se a emprego e renda, com 15,4%, refletindo a alta busca por oportunidades no mercado de trabalho. Logo após está o eixo da proteção social, com 11,22%, constituído por buscas por equipamentos de acolhida e denúncias de violação de direitos das pessoas em situação de rua.

Gráfico 1: Tipos de atendimentos prestados no gabinete do vereador Suplicy



Fonte: levantamento próprio

O eixo questões jurídicas representa 6,13% dos atendimentos realizados, sendo composto principalmente por solicitação de orientação, pois muitas vezes é desconhecido o direito à justiça gratuita prestado pela Defensoria Pública. Já a Saúde representa 5,2% das demandas, e corresponde, sobretudo, a solicitações individuais de auxílio em atendimento hospitalar.

Ainda no que diz respeito a questões de saúde, houve em fevereiro de 2019 uma grande procura pelo gabinete, com mais de mil mensagens, principalmente de servidores, em decorrência da Portaria 190, que iniciava uma reestruturação no SAMU que resultou no sucateamento do serviço, com fechamento de bases, redução do número de ambulâncias e precarização dos postos de trabalho. Diante disso, o gabinete se posicionou contra a referida portaria, dando apoio aos servidores e ao SAMU de forma a esclarecer e prestar informações sobre os andamentos legislativos, noticiando e orientando ao comparecimento nas importantes agendas referente ao assunto.

3.1 ATENDIMENTOS MARCANTES

Ao longo dos quatro anos de mandato, o vereador Eduardo Suplicy atuou fortemente como mediador de conflitos em diversos assuntos complexos e esteve presente em momentos importantes:

- Assassinato do ambulante Luiz Carlos Ruas (2017)
- Incêndio na Favela de Paraisópolis (2017)
- Execução do jovem Leandro Souza pela Polícia na Favela do Moinho (2017)
- “Cracolândia Acabou”, anúncio do então prefeito João Doria, aumentando mais ainda a violência policial (2017)
- Demolição pela prefeitura de imóveis na região da Cracolândia com gente dentro (2017)
- Violência policial e ausência de políticas públicas na região da Luz, conhecida como Cracolândia (2017 a 2020)
- Violação de direitos das pessoas em situação de rua nas ações de zeladoria urbana (2017 a 2020)
- Acompanhamento e mediação da Cooperativa de Vendedores Autônomos do parque Ibirapuera com a prefeitura (2017 a 2020)
- Prisão Maira e Mauro Neri – grafiteiros (2017)
- Feira da Madrugada x Concessionária (2017)
- Privatização do Serviço Funerário (2017)
- Terreno Silvio Santos/Teatro Oficina (2017 a 2020)
- Velejadores brasileiros detidos e condenados na República de Cabo Verde
- Reintegração de posse da Ocupação do Ouvidor (2018)
- Desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida no largo do Paissandú (2018)
- Jéssica, uma gestante que deu à luz enquanto estava presa (2018)

- Proteção aos professores que estavam sendo agredidos no debate da reforma da previdência municipal (2018)
- Defesa da Lourdes Esteves, servidora pública, membra do Sindicato dos Servidores Municipais da Saúde, que estava sendo retirada à força do plenário (2018)
- Incêndio na Favela do Cimento (2019)
- Incêndio na ponte do Jaguaré (2019)
- Reintegração de posse da Ocupação Nova Laranjeira (2019)
- Aniversários do Suplicy (2017, 2018 e 2019)
- Visita aos integrantes de movimentos de moradia presos injustamente: Preta Ferreira, Sidney, Angélica e Ednalva (2019)
- Palestra no Cisarte para a população em situação de rua (2019)
- Apoio às famílias dos jovens mortos pisoteados após ação policial em Paraisópolis (2019)
- Aldeia indígena Jaraguá x Construtora TENDA (2020)
- Diálogo com os trabalhadores e empresas de aplicativos (2019 e 2020)
- Reintegração de posse do Teatro Pessoal do Faroeste (2020)

A seguir, relatos desses acontecimentos marcantes.

Assassinato de Luiz Carlos Ruas

No segundo dia de mandato, Suplicy recebeu a família do Luis Carlos Ruas, o “Índio”, morto por espancamento na estação Pedro II do metrô ao defender uma travesti que estava sendo agredida por dois homens. Suplicy atuou para que família fosse atendida pelo então prefeito João Doria, a fim de encontrar um trabalho para Reginaldo, irmão de “Índio”, e auxiliar Maria Santos, conhecida como Sandra, a viúva de Ruas. O vereador também apresentou o projeto de Decreto Legislativo nº 004/2017 (DL nº 34/2017) que deu o Título de Cidadão Post-mortem Paulistano a Luiz Carlos Ruas.



Suplicy com familiares de Luis Carlos Ruas, janeiro de 2017

Incêndio da Favela de Paraisópolis

Em março de 2017, após o segundo episódio de incêndio na Favela de Paraisópolis no intervalo de duas semanas, Suplicy esteve no local e conversou com diversas pessoas que tiveram suas moradias queimadas e que deixou mais de mil desabrigados. Na ocasião, o vereador cobrou do então prefeito João Doria que comparecesse na comunidade para conversar sobre as alternativas para resolver a questão, o que não ocorreu.



Primeiro incêndio em março de 2017 na Favela de Paraisópolis



Segundo incêndio em março de 2017 na Favela de Paraisópolis



Suplicy com o irmão do Leandro no enterro, junho de 2017

Execução de Leandro de Souza pela polícia na Favela do Moinho

Em junho de 2017, Suplicy teve um papel determinante nas providências em reação à execução do jovem Leandro de Souza, de 18 anos, pela Polícia Militar na Favela do Moinho, região central da cidade. Após o ocorrido, foi diversas vezes ao local, acompanhou familiares de Leandro e testemunhas para denunciar o ocorrido na Corregedoria da Polícia Militar, e garantiu o suporte para o sepultamento e acolhimento da família.

“Cracolândia acabou”, anúncio do então prefeito João Doria, aumentando mais ainda a violência policial

Foi assim que o então prefeito João Doria definiu a violentíssima ação promovida pela prefeitura na região conhecida como Cracolândia, no dia 21 de maio de 2017.



Violência com as pessoas na região da Luz, maio de 2017

Na ocasião, o então prefeito acabou com o programa De Braços Abertos e tentou remover os usuários da região. Desde a primeira hora, Suplicy esteve no local para evitar episódios de agressão aos usuários e depois continuou indo à região para acompanhar de perto as ações da prefeitura. Atuou insistentemente para que fosse promovida no local uma política que prezasse pela oferta de serviços e a garantia de direitos desses usuários. Infelizmente, o tempo nos mostrou que, ao em vez de acabar com a Cracolândia, este foi somente o pri-

meiro dos muitos episódios de violência que marcaram a atuação da gestão do prefeito Bruno Covas na região.

Demolição pela prefeitura de imóveis na região da Cracolândia com gente dentro

Poucos dias depois da ofensiva contra os usuários na Cracolândia, João Doria promoveu a demolição de alguns imóveis, sendo que em um deles ainda havia pessoas dentro, deixando alguns feridos. Novamente, Suplicy foi à região para melhor compreender o que estava sendo feito e cobrar providências da prefeitura. O assunto foi objeto de pronunciamentos, ofícios aos órgãos de Justiça e de medidas para acolhimento das famílias atingidas.



Suplicy na “Cracolândia” quando uma mulher foi assassinada em maio de 2019

Violência policial e ausência de políticas Públicas na Cracolândia

Ao longo dos últimos quatro anos, a violência policial na região do fluxo só tem aumentado. Os relatos de uso pela polícia de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes tem sido recorrente. Os equipamentos públicos têm diminuído, como o fechamento do Atende II. Suplicy foi diversos momentos à região para auxiliar na defesa dos direitos das pessoas que ali se encontram.

Violação de direitos das pessoas em situação de rua nas ações de zeladoria urbana

A violência contra a população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana tem aumentado nos últimos anos. A prefeitura, que deveria ofertar políticas públicas, viola os direitos de pessoas em situação de rua ao arrancar seus pertences. O vereador Suplicy tem encaminhado todas as denúncias de violações de direitos à prefeitura, Ministério Público e Defensoria Pública, além de atuar na mediação do diálogo entre todos os envolvidos. Além disso, o vereador apresentou o Projeto de Lei nº 26/2017, que está tramitando na Câmara, que dispõe sobre o tratamento da população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana.

A concessão do parque Ibirapuera e a permanência das Cooperativas de Vendedores Autônomos de água de coco

Desde a adolescência, Suplicy gosta muito de caminhar e fazer exercícios no parque do Ibirapuera e lá teve um bom relacionamento com os vendedores de água de coco e de outros produtos que ali trabalhavam. Em janeiro de 2000, a presidente da Associação dos Ambulantes do Parque Ibirapuera Antonia Cileide Oliveira de Souza procurou o Suplicy, então senador, muito preocupada. A administração do parque havia dado prazo até outubro para que deixassem o espaço porque a prefeitura iria fazer uma licitação com cinco grandes empresas que tomariam conta de cinco quiosques cada. Suplicy sugeriu a formação de uma cooperativa, ideia aceita por Antonia, pelo prefeito Celso Pitta e pelo secretário de Verde e Meio Ambiente Ricardo Ohtake. Outra frequentadora do parque Vivian Vieira, psicóloga e advogada que trabalhou 12 anos na Cooperativa Agrícola de Cotia, escreveu o estatuto da cooperativa e até hoje é a assessora jurídica. A cooperativa foi formada e muito bem sucedida ao longo dos anos. Quando a cooperativa completou 10 anos, a jornalista e escritora Mônica Dallari produziu um livro a partir de entrevistas com 115 pessoas da cooperativa, detalhando como todas tinham melhorado significativamente com o trabalho. O professor Paul Singer, secretário de Economia Solidária, escreveu prefácio do livro enaltecendo o exemplo da cooperativa.

Em 2017, logo que anunciou o Plano Municipal de Desestatização que incluiria a concessão do parque do Ibirapuera, o prefeito João Doria visitou o parque ao lado do vereador Suplicy e, em diálogo com as duas presidentes das Cooperativas de Vendedores



Suplicy em diálogo com a Antônia, presidenta da Cooperativa de Vendedores Autônomos do Parque Ibirapuera em outubro de 2019

Autônomos do Parque Ibirapuera, assegurou que as duas cooperativas, a primeira de 115 cooperados e a segunda de 53, continuariam a funcionar, que passaria ainda a proporcionar melhores condições a todos seus frequentadores. Por ocasião da tramitação do projeto de lei referente às concessões, este compromisso foi reiterado pelo secretário Wilson Poit nas diversas audiências públicas realizadas na CMSP. Em 2019 a assessoria do vereador acompanhou todas as audiências públicas do Plano Diretor do Parque do Ibirapuera e estabeleceu positivo diálogo entre a prefeitura de São Paulo, sobretudo com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a empresa Urbia, que assumiu recentemente a administração do parque como concessionária vencedora da licitação. Em fase de contratação dos cooperados, o vereador continua monitorando o processo de transição visando garantir que o compromisso do então prefeito João Doria seja cumprido.

Artistas de rua

O grafiteiro, artista plástico e arte educador Mauro Neri foi detido em 13 de agosto de 2017 quando realizava grafite no muro do cemitério da Consolação. Foi solto, mas seu equipamento de trabalho foi retido pela GCM. O vereador Eduardo Suplicy prestou auxílio para recuperá-lo, pois o artista tinha um trabalho para terminar. Suplicy encaminhou a demanda para o prefeito João Doria e o subprefeito da Sé. Naquela ocasião, João Doria

havia declarado guerra aos pichadores, grafiteiros e artistas de rua, promovendo a chamada “maré cinza”, equivocadamente tratando a expressão artística urbana como vandalismo, o que provocou muitos protestos.

Outro episódio foi a detenção de Maíra Machado, que estava pichando o muro de um estacionamento próximo à Câmara Municipal. O vereador Eduardo Suplicy participou da realização de acordo entre



Grafite feito por Maíra, com apoio de Mauro Neri, em concordância com o dono do estacionamento, março de 2017

Maíra, a Subprefeitura da Sé e o referido estacionamento, que resultou em um grafite, no próprio muro que havia sido pichado, uma linda expressão de arte para a cidade. Esse fato ressalta a crença do vereador Suplicy: é por meio do diálogo que alcançamos soluções alternativas e benéficas para todas as partes.

Feira da Madrugada x concessionária

Durante o ano de 2017, Suplicy teve atuação direta com os trabalhadores da chamada Feira da Madrugada, na região do Brás. O vereador solicitou a abertura de uma CPI na Câmara Municipal para tratar sobre o tema e promover o diálogo entre prefeitura, concessionária responsável pela gestão do local e os trabalhadores que atuam no comércio. A atuação do Suplicy sempre se voltou para garantir que os profissionais que dependem da feira pudessem honrar os compromissos assumidos na locação do espaço, mas principalmente conseguissem exercer sua atividade de forma digna e suficiente para garantir a subsistência de suas famílias.

Privatização do Serviço Funerário

Em 2018, em meio à discussão do projeto de concessão dos cemitérios e serviços funerários, Suplicy conseguiu incluir na proposta para que o município e o concessionário garantam gratuidade e serviços de qualidade às famílias de baixa renda, incluindo o direito pleno a espaço para velório, algo não observado no projeto, o que deve promover uma regulamentação mais inclusiva por parte da prefeitura. Também por solicitação do Suplicy e do vereador do PT Antônio Donato foi incluída emenda para instituir e preservar memoriais destinados aos mortos e desaparecidos políticos, incluindo infraestrutura voltada para estudo e pesquisa científica que permita a continuidade de trabalhos de identificação em qualquer circunstância, a despeito das dificuldades impostas pelo governo federal.

Tais medidas são fundamentais para que o serviço funerário não possibilite a repetição de atos praticados sob regimes de exceção ou até mesmo em períodos democráticos, como ocorre com as vítimas de assassinatos em todo o Brasil.

Teatro Oficina

O Teatro Oficina, criado e dirigido por José Celso Martinez Corrêa, é um dos projetos teatrais mais importantes da cidade de São Paulo e tornou-se referência tanto pelo caráter de vanguarda de sua linguagem quanto pela politização de suas peças. Instalado no bairro do Bixiga, há 40 anos enfrenta uma disputa com o Grupo Silvio Santos.

O Grupo Silvio Santos é proprietário de terrenos do entorno do teatro e planeja a construção 3 prédios de até 100 metros de altura na região, prejudicando a construção do teatro, tombado desde 2010 pelo patrimônio histórico nas esferas federal, estadual e municipal. O Teatro Oficina e movimentos sociais da região reivindicam que a região se transforme em um parque.

Nos últimos vinte anos, Suplicy tem promovido o diálogo entre o poder



Suplicy e Zé Celso, diretor do Teatro Oficina



Suplicy na mediação do diálogo entre todos os envolvidos

público, Silvio Santos, movimentos de defesa do Bixiga e Zé Celso. O objetivo é que a prefeitura faça uma permuta e que ao lado do Oficina seja construído um centro cultural. Até hoje a questão não está definida e o vereador segue na mediação do diálogo.

Suplicy, ao lado de diversos vereadores, tornou-se coautor do Projeto de Lei nº 805/2017 que dispõe sobre a criação do Parque do Bixiga, de iniciativa do vereador Gilberto Natalini, o qual estabelece uma área reservada para a cultura, área verde e para o lazer num bairro tão importante em termos de tradição cultural como é o bairro do Bixiga. Lá estão teatros como o Teatro Brasileiro de Comédia, o Oficina, o Nydia Lícia, o Sérgio Cardoso, o Maria Della Costa e outros. É uma forma de preservar o Teatro Oficina e permitir que ao seu lado possa ser completado o projeto de Lina Bo Bardi, fazendo com que o projeto do Grupo Silvio Santos possa ser realizado em outro lugar da cidade, possivelmente por troca de área e direitos de construção. O projeto foi aprovado por larga maioria. Entretanto, em momento em que o prefeito Bruno Covas se encontrava de licença para tratamento de saúde, o prefeito em exercício Eduardo Tuma vetou o projeto de lei aprovado. Eis porque Suplicy e outros vereadores desejam realizar uma audiência pública sobre este veto com a presença de muitas artistas que apoiam o Teatro Oficina e representantes do bairro do Bixiga para debater e propor a derrubada do veto.

Velejadores brasileiros detidos e condenados na República de Cabo Verde

Em 31 de agosto de 2018 o vereador Eduardo Suplicy foi procurado por familiares de um dos três velejadores brasileiros presos e condenados na República de Cabo Verde, acusados de tráfico internacional de drogas, em 2017. Com acesso a partes do processo, o vereador verificou que os réus não tiveram direito à ampla defesa, tendo sido condenados a 10 anos de prisão em primeira instância, aguardando, sem data prevista, o julgamento em segunda instância, sem qualquer garantia de que as provas que os inocentaram fossem analisadas.

O vereador Suplicy, compreendendo a preocupação dos familiares de todos os réus, encaminhou o caso a diversos órgãos, inclusive para o então presidente da República, Michel Temer, para as autoridades cabo-verdianas e para a Corte Internacional de Justiça, objetivando que esses brasileiros tivessem um julgamento justo. A própria Polícia Federal

do Brasil concluiu que os réus não eram autores dos fatos, tendo sido injustamente condenados, e chegou a emitir uma nota de repúdio contra o Ministério Público da Comarca de São Vicente, em Cabo Verde, após um representante do órgão afirmar nos autos da ação penal que o inquérito da PF seria uma “manobra” para inocentar os velejadores.

Suplicy havia sido convidado a participar do IV Congresso de Psicanálise – Rota da Escravidão, entre os dias 15 e 18 de novembro de 2018, e, no intuito de verificar melhor a situação desses velejadores, solicitou a colaboração das autoridades diplomáticas brasileiras em Cabo Verde para cumprir as formalidades legais de visitação a detidos.

Após essa visita, o vereador Eduardo Suplicy enviou novo apelo às autoridades cabo-verdianas, e, em fevereiro de 2019, recebeu a notícia de que o julgamento havia sido anulado, e os velejadores poderiam responder ao processo em liberdade. Todos retornaram ao Brasil e às suas famílias em 14 de fevereiro de 2019.

Desabamento do Edifício Wilton Paes de Barros no Paissandu

Na noite de 1º de maio 2018, devido a um incêndio, veio abaixo o Edifício Wilton Paes de Barros na região do Paissandu, no centro de São Paulo, deixando alguns mortos, dentre eles um bombeiro, e dezenas de famílias desabrigadas. Desde o primeiro momento, Suplicy esteve presente no local para prestar solidariedade às famílias e cobrou insistentemente da prefeitura o acolhimento e ofertas de alternativas habitacionais para as famílias afetadas.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, Suplicy ainda promoveu uma audiência pública para acompanhar a forma como a prefeitura estava lidando com a situação, para ouvir os moradores do local e cobrar medidas da prefeitura e dos órgãos de Justiça.



Incêndio no Edifício Wilton Paes de Barros, maio de 2018, foto: Marcelo Justo/UOL



Jéssica Monteiro, em reunião na Câmara Municipal, em 2018

Jéssica Monteiro, grávida que deu à luz enquanto estava presa

Em fevereiro de 2018, Jéssica Monteiro, uma jovem gestante, foi detida por portar uma pequena quantidade de maconha. Quando estava presa, Jéssica entrou em trabalho de parto e levada para o hospital. Após o parto, Jéssica e seu filho foram devolvidos à carceragem do distrito policial, o que gerou revolta. Suplicy esteve na delegacia para averiguar as condições que a jovem e seu filho estavam submetidos e continuou acompanhando o caso até a soltura de Jéssica e contribuiu para a família ter melhores condições.

Defesa dos servidores públicos nas manifestações contrárias ao Sampaprev

Em 2018, estava em debate na Câmara a reforma da previdência municipal e os servidores que manifestavam foram brutalmente agredidos. O vereador atuou fortemente na defesa desses servidores, incluindo a proteção à Lourdes Esteves, servidora pública, membra do Sindicato dos Servidores Municipais da Saúde, que estava sendo retirada à força do plenário.

Suplicy na defesa da servidora Lourdes, em 2018



Incêndio na Favela do Cimento

Na noite de 23 de março de 2019, num sábado à noite, foi noticiado em jornais que ocorria naquele momento um incêndio na comunidade da Favela do Cimento, situada na avenida Radial Leste, no entorno e abaixo do viaduto Bresser, onde viviam cerca de 200 famílias.

O vereador Eduardo Suplicy acompanhava o caso, pois havia a previsão de uma reintegração de posse para a manhã de domingo (24), e já estava apreensivo com denúncias de que a ação ocorreria com violência policial.



Incêndio na comunidade do cimento, março de 2019

Imediatamente dirigiu-se ao local, tendo recebido no trajeto uma ligação do padre Júlio Lancellotti, que acompanhava os moradores e os abrigou em um galpão, tendo estes sido ameaçados pela força policial com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Num cenário caótico, com moradores feridos, crianças perdidas, Suplicy buscou autoridades no local, sem sucesso. O fogo destruiu a maior parte dos barracos. Nas calçadas, foram abandonados móveis queimados e entulhos. Um morador deu entrada em um hospital com 70% do corpo queimado, e veio a falecer no dia seguinte.

Dirigiu-se então ao galpão onde centenas de pessoas buscaram abrigo, e ouviu apelos desesperados das famílias, que haviam perdido tudo. Ali soube que os barracos abrigavam cerca de 500 pessoas, entre adultos, crianças, idosos, pessoas com deficiência e grávidas.

Nos dias seguintes, Suplicy seguiu acompanhando as famílias e organizou uma audiência pública pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania para ouvir os moradores da ocupação e que, naquele momento, estavam sem ter onde morar.

Incêndio na Ponte do Jaguaré

Em 21 de junho de 2019, um incêndio na ponte do Jaguaré deixou 50 famílias desabrigadas, que viviam em ocupações embaixo da ponte; Suplicy visitou-os num sábado à noite e fez contato com as autoridades responsáveis para que fosse dada assistência às famílias.

Ocupação Nova Laranjeiras

Em julho de 2019, Suplicy foi acionado para intervir em um processo de reintegração de posse de uma área denominada Ocupação Nova Laranjeiras, na região do Jardim Iguatemi, Zona Leste. A área seria reintegrada em outubro, havia relatos de existir cerca de 30 mil pessoas morando no local, dentre as quais 15 mil crianças e 2 mil imigrantes. Não havia qualquer cadastramento ou alternativa habitacional ofertada, nem atendimento da Assistência Social. Diante desse cenário crítico, Suplicy visitou o local, tentou construir um acordo com os proprietários, viabilizou uma reunião de representantes da ocupação com a secretaria de Habitação, dialogou com a juíza do caso e conseguiu o envio da questão do Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP), do Tribunal de Justiça de São Paulo, e articulou serviços aos moradores da região. A ocupação segue no local e, diante do avanço do diálogo com os proprietários, Suplicy segue atuando legislativamente para regularização da área e proteção das famílias.

Aniversários do Suplicy

Durante os anos de 2017 a 2018, no dia 21 de junho, data de seu aniversário, centenas de pessoas compareceram no horário do almoço, no bar restaurante Cachaçaria do Rancho, ao ar livre, da Praça Dom José Gaspar, atrás da Biblioteca Municipal, para cumprimentar o vereador Suplicy. Em 21 de junho de 2019, cerca de 2.000 pessoas foram à Ocupação Nove de Julho, na Rua Álvaro de Carvalho, para cumprimentá-lo, sinal de quão ele tem sido reconhecido por seu trabalho. Coincidiu que dois dias depois a Preta Silva, cantora e filha de Carmem Silva, foi detida por alguns meses, para então ser libertada como inocente.



Suplicy e Preta Ferreira, poucos dias antes da prisão, junho de 2019

Visita aos integrantes de movimentos de moradia presos injustamente: Preta Ferreira, Sidney, Angélica e Ednalva

Coerente com sua atuação histórica na defesa da justiça, Suplicy teve uma atuação contundente na denúncia das irregularidades na prisão política realizada contra lideranças dos movimentos de moradia Preta Ferreira, Edinalva Silva Ferreira, Sidney Ferreira da Silva e Angélica dos Santos Lima. Estendidas por meses, essas prisões injustas reforçaram a mobilização da Justiça em torno da criminalização dos movimentos sociais, o que se configura uma ameaça para nossa democracia.

Suplicy seguirá sempre se posicionando contra as arbitrariedades de qualquer dos poderes, sobretudo contra movimentos sociais e a população mais pobre.

Palestra no Cisarte para a população em situação de rua



Suplicy após a palestra no Cisarte, julho de 2019

Em 28 de julho de 2019, o vereador Suplicy fez uma palestra sobre a Renda Básica de Cidadania (RBC) para pessoas em situação de rua no Cisarte (Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação), sede do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Após a palestra, o movimento escreveu uma carta para o presidente da República e para o Congresso Nacional reivindicando a imediata implantação da RBC no Brasil, de acordo com a Lei nº 10.835/2004.

Aldeia Indígena Jaraguá x Construtora Tenda

Desde quando foi senador, o vereador Suplicy acompanha a questão relativa à demarcação e ampliação da Terra Indígena Jaraguá. Suplicy intermediou ativamente e atuou nas inúmeras tentativas de entendimento entre os proprietários das terras sobrepostas à área declarada, a FUNAI, o Ministério da Justiça e os Guarani.

A construtora Tenda, que quer construir diversos empreendimentos na região, cometeu crime ambiental derrubando diversas árvores sem antes fazer um estudo da região e sem qualquer diálogo com a comunidade. O vereador enfatizou a importância de a Justiça, Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Governo Federal tomarem as medidas necessárias para que a construtora Tenda não derrube mais árvores no terreno vizinho à Aldeia Indígena Guarani no Jaraguá, sem que antes haja o estudo de impacto indígena para a sobrevivência daquela aldeia, conforme já determinado pela Justiça.



Suplicy em apoio à Aldeia Jaraguá, 2020

Diálogo com os trabalhadores e empresas de aplicativos

A precarização das formas de trabalho é um assunto extremamente atual e preocupante. Suplicy tomou iniciativa de mediar o diálogo entre os trabalhadores e aplicativos e as empresas para fossem construídas garantias para esses trabalhadores. Em 2020, Suplicy organizou a audiência pública com o tema: “As condições de trabalho dos entregadores durante a pandemia”.

Reintegração de posse do Teatro Pessoal do Faroeste

Em setembro de 2019, o Cia. Pessoal do Faroeste sofreu uma ameaça de despejo de sua sede. Durante a pandemia, o teatro tem servido como um ponto estratégico de acolhimento e distribuição de alimentos para os moradores de Campos Elíseos e do entorno. Justamente por isso, diante da iminente remoção, o Suplicy atuou no sentido de sensibilizar a juíza responsável pelo caso, bem como o proprietário do imóvel sobre a importância de se encontrar uma saída para a permanência da companhia no local. Com o envolvimento da Secretaria Municipal de Cultura e de mandatos de diversos deputados, dentre eles Paulo Teixeira, foi possível reverter por ora o despejo e construir alternativas para a permanência do grupo no local.

4 ATIVIDADES PARLAMENTARES

4.1 PLENÁRIO

As sessões plenárias são os momentos que os vereadores da cidade de São Paulo se reúnem para debater e deliberar sobre a elaboração de leis, a fiscalização dos atos da prefeitura e ainda sobre as manifestações das diversas opiniões e posições partidárias e da sociedade. De 01 de janeiro de 2017 a 22 de outubro de 2020, ocorreram **570 sessões plenárias**, sendo 288 sessões ordinárias (nenhuma falta injustificada), 282 sessões extraordinárias, com 44 faltas, em sua maioria para obstrução, ou seja, Suplicy tem um total de 92% de presença.

4.2 MANIFESTAÇÕES EM PLENÁRIO

A palavra parlamento tem origem no verbo “parler” em francês, que significa falar. O vereador Eduardo Suplicy tem suas ações políticas cotidianas enraizadas na dinâmica do parlamento e, da mesma maneira que prioriza a presença nas sessões plenárias, sempre que possível pelas normas regimentais faz uso da palavra em plenário. Dentre os discursos em pequeno e grande expediente e comunicados de plenário foram computadas mais de **200 manifestações** nos quatro anos de mandato.

A seguir, os principais assuntos e a quantidade de vezes que foi tema de discurso de Suplicy:

- Renda Básica de Cidadania, desigualdades sociais, raciais e de gênero, violência e economia solidária: **29**
- População em situação de rua e Cracolândia: **20**
- Recomendações para o prefeito e secretários: **19**
- Cultura e diversidade, migrantes, questão indígena, memória e verdade: **16**
- Trabalhos legislativos, tramitação, orçamento: **11**

- Moradia: **7**
- Transparência e participação social: **6**
- Demais assuntos da cidade, como saúde, educação, assistência social: **72**
- Conjuntura nacional: **21**

4.3 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

Além das sessões plenárias, o vereador Eduardo Suplicy foi membro titular de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). As CPIs são as comissões destinadas à apuração de fato determinado ou denúncia em matéria de interesse do município. As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Em 2017, a pedido do vereador Eduardo Suplicy, foi instalada a CPI da Política de Migração. Os vereadores debateram diversos temas relacionados, com ampla participação de imigrantes, refugiados e especialistas da área. A CPI discutiu dificuldades como a de compreensão de um novo idioma, o acesso à documentação e também outros temas, como a feira boliviana que ocorre no Brás. A CPI elaborou um relatório com diversos encaminhamentos, como a criação de uma rede de proteção e valorização do imigrante, bem como a criação de um conselho administrativo para a feira boliviana. O relatório pode ser acessado na página: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/comissao/comissoes-encerradas/cpi-da-politica-de-migracao/>.

Também em 2017, o vereador Suplicy participou da CPI da Feira da Madrugada, criada para apurar eventuais danos ao erário causados por irregularidades no contrato de concessão da prefeitura ao Circuito de Compras. A CPI ouviu quase 200 pessoas, sendo a maior parte os comerciantes da feira. O relatório elaborado pela CPI incluiu medidas como garantia de condições dignas para rentabilidade dos comerciantes cadastrados junto ao Circuito de Compras, criação da Frente Parlamentar do Comércio Popular para acompanhar o cumprimento do edital de concessão pública da área, atualização da listagem de cadastro dos comerciantes e continuidade do contrato de concessão – desde que asseguradas as contrapartidas. O relatório pode ser acessado na página: <http://www.saopaulo.p.leg.br/comissao/comissoes-encerradas/cpi-feirada-madrugada/>

4.4 COMISSÕES PARLAMENTARES

Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

- presidente em 2017, 2018, 2019 e 2020;
- 22 reuniões ordinárias e 14 extraordinárias;
- 28 audiências públicas em diversos temas como: moradia, população em situação de rua, LGBTQI+, violência policial, violência contra a mulher, política municipal de drogas, etc;
- diligências/visitas a equipamentos.

Comissão Ordinária de Educação, Cultura e Esportes

- membro em 2018, 2019 e 2020;
- 2018: 19 reuniões ordinárias (1 falta), 1 audiência pública, Suplicy autor de 40 pareceres;
- 2019: 31 reuniões ordinárias (1 falta justificada), 7 audiências públicas (2 faltas), 1 reunião de trabalho, 1 seminário, Suplicy autor de 71 pareceres;
- 2020 (em andamento, dados até 29/10): 21 reuniões ordinárias (1 falta), 9 audiências públicas, 13 reuniões do Comitê de Crise, 6 projetos relatados;
- visitas a unidades educacionais.

Comissão Ordinária de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

- membro em 2017;
- 20 reuniões ordinárias (19 presentes);
- 26 audiências públicas;
- relator de 19 projetos.

4.5 FRENTES PARLAMENTARES

As frentes parlamentares são formadas por grupos suprapartidários de atuação voltada a uma atividade específica de interesse municipal ou do Parlamento e têm tratamento autônomo em relação a qualquer comissão permanente ou temporária. O vereador Eduardo Suplicy tem diversos projetos de resolução em tramitação para a criação de frentes parlamentares. Ao longo do mandato, Suplicy participou das seguintes frentes parlamentares:

Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial

Em 2018, por meio do Projeto de Resolução nº 22 de 2017, de autoria de diversos vereadores, foi criada a Frente Parlamentar de Promoção e Defesa da Igualdade Racial (resolução nº 17/2017).

O objetivo da frente era agregar conhecimentos e articular a produção de conteúdos em torno de uma plataforma de convergência sobre os temas ligados à democracia e à igualdade racial, envolvendo redes de instituições e de colaboradores e estimulando ampla participação da sociedade civil nas discussões sobre os direitos da população paulistana.

Frente Parlamentar de Games

Em 2020, o vereador Daniel Annenberg convidou os vereadores Eduardo Suplicy, Soninha Francine e Police Neto para comporem a Frente Parlamentar de Games. A frente, ainda em atividade, visa debater e apoiar as iniciativas muito importantes para os jovens que hoje praticam os mais diversos jogos eletrônicos.

4.6 REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES E PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO AO PODER EXECUTIVO

Ao longo do mandato, o vereador Eduardo Suplicy, prezando pela transparência e acesso à informação, solicitou diversos pedidos de informações para o Poder Executivo, em sua maioria via Comissões Parlamentares.

Requerimentos de Informações diretamente do mandato do vereador Suplicy:

- **RDS 00172/2017** – 16/02/2017 – Considerando A Expectativa Dos Agricultores(as) Paulistanos, Bem Do Conselho Municipal De Desenvolvimento Rural Sustentável E Solidário E Conselho Municipal De Segurança Alimentar E Nutricional. Requeiro, Seja Solicitado Ao Excelentíssimo Secretário De Governo Municipal, Júlio Semeghini, Informações Acerca Do Andamento Do Projeto Ligue Os Pontos, Da Bloomberg Philanthropies, E Do Plano De Desenvolvimento Rural Sustentável;
- **RDS 00173/2017** – 16/02/2017 – Considerando A Anunciada Readequação Do Programa Leve Leite, Que Beneficiava 916,2 Mil Estudantes Do Município, Requeiro, Seja Solicitado Ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal De Educação Da Cidade De São Paulo, Alexandre Alves Schneider, As Seguintes Informações;
- **RDS 00380/2017** – 29/03/2017 – Solicita Seja Oficiada A Sua Excelência Secretária Municipal De Direitos Humanos E Cidadania Da Cidade De São Paulo, Senhora Patrícia Bezerra, Para Que Preste Informações Sobre Os Assuntos Que Especifica, Relativos A Políticas De Promoção De Igualdade Entre Mulheres e Homens;
- **RPP 00007/2017** – 04/04/2017 – Requer Solicitação De Informações Ao Prefeito Sobre O Plano De Metas;
- **RDS 00641/2017** – 16/05/2017 – Requer Diversas Informações Ao Senhor Secretário Das Prefeituras Regionais Bruno Covas Lopes;
- **RDS 01348/2017** – 24/10/2017 – Requer Que Sejam Solicitadas Informações Ao Secretário Municipal De Desestatização E Parcerias, Sr. Wilson Poit;
- **RDS 01349/2017** – 24/10/2017 – Requer Que Sejam Solicitadas Informações À Secretaria Municipal De Trabalho e Empreendedorismo, Aline Cardoso;
- **RDS 00440/2018** – 24/04/2018 – Requeiro Seja Solicitado Ao Sec.Municipal De Gestão Da Cidade De São Paulo, Paulo Antonio Spencer Uebel, As Informações Que Elenca E Justifica Relacionadas À Chegada De Migrantes Venezuelanos Nas Últimas Semanas;
- **RDS 01267/2018** – 19/12/2018 – Requer Seja Solicitado Ao Sr. Secretário Municipal Da Habitação De São Paulo, As Informações Que Elenca Acerca Da Remoção De Mais De 3 Mil Famílias Pertencentes A Três Comunidades De Moradores Do Peri Alto, Na Zona Norte. A Ação De Desocupação Está Programada Para 20/12/18 Nas Comunidades Futuro Melhor, Favela Do Sapo E Favela Da Mata;
- **RPP 00003/2019** – 09/04/2019 – Solicita O Comparecimento Do Prefeito E A Convocação Da Secretária Municipal De Gestão À Câmara Municipal Para Apresentar

Balanço Do Programa De Metas E Prestar Esclarecimentos Acerca Das Mudanças Programáticas Anunciadas;

- **RDS 00421/2019** – 24/04/2019 – Requer Que Seja Solicitado Ao Senhor Secretário Municipal De Educação Da Cidade De São Paulo, Informações Acerca Do Atual Funcionamento Da Alimentação Escolar, Bem Como, Sobre A Alteração Da Forma De Compra Desses Alimentos, Contidas Nas Instruções Normativas Sme Nº 7 e Nº 8 De 11 De Abril De 2019;
- **LAI 38894** – SME – Secretaria Municipal de Educação – 24/04/2019 – Requer Que Seja Solicitado Ao Senhor Secretário Municipal De Educação Da Cidade De São Paulo, Informações Acerca Do Atual Funcionamento Da Alimentação Escolar, Bem Como, Sobre A Alteração Da Forma De Compra Desses Alimentos, Contidas Nas Instruções Normativas Sme Nº 7 e Nº 8 De 11 De Abril De 2019;
- **RDS 00440/2019** – 02/05/2019 – Requer Que Seja Solicitado Ao Senhor Secretário Municipal De Habitação Da Cidade De São Paulo Informações Acerca Da Ppp Da Habitação Municipal, Conforme Questionamentos;
- **LAI 39103** – COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação – 20/05/2019 – Requer Que Seja Solicitado Ao Senhor Secretário Municipal De Habitação Da Cidade De São Paulo Informações Acerca Da Ppp Da Habitação Municipal, Conforme Questionamentos;
- **RDS 01034/2019** – 30/09/2019 – Requeiro Que Seja Solicitada À Senhora Secretária Municipal De Assistência E Desenvolvimento Social De São Paulo, Berenice Maria Giannella, Informações Acerca Das Posições Tomadas Pela Prefeitura De São Paulo Em Relação Aos Centros De Acolhida Para A População Em Situação De Rua No Município;
- **LAI 42922** – SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 30/09/2019 – Requeiro que seja solicitada à Senhora Secretária Municipal De Assistência E Desenvolvimento Social De São Paulo, Berenice Maria Giannella, Informações Acerca Das Posições Tomadas Pela Prefeitura De São Paulo Em Relação Aos Centros De Acolhida Para A População Em Situação De Rua No Município;
- **LAI 43855** – SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – 18/11/2019 -Solicita informações sobre as notificações de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC foram paralisadas entre 2017 e 2018;
- **LAI 50028** – SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 27/07/2020 – Solicita informações referentes aos serviços de acolhimento da população em situação de rua em tempos de pandemia do coronavírus;
- **LAI 51793** – SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 25/09/2020 – Solicita informações a respeito do Censo da População em Situação de Rua de 2019, que só foi divulgado parcialmente.

Requerimentos de Informações via Comissão de Educação, Cultura e Esportes:

2020:

- REQ/EDUC 58/2020 – SME – Pedido de Informações sobre o retorno das aulas presenciais;
- REQ/EDUC 57/2020 – SME – Pedido de Informações acerca das reformas das unidades educacionais;
- REQ/EDUC 56/2020 – SME – Pedido de Informações sobre as matrículas e a quantidade de educandos transferidos da rede privada para a rede pública;
- REQ/EDUC 55/2020 – SME – Solicita informações sobre os Auxiliares de Vida Escolar (AVE);
- REQ/EDUC 54/2020 – SME – Solicita informações sobre a fila para matrículas nas CEIs;
- REQ/EDUC 45/2020 – SME – Convocação do Secretário de Educação Bruno Caetano à Comissão para prestar esclarecimentos;
- REQ/EDUC 39/2020 – Solicitação de Audiência Pública conjunta com a Alesp para discutir a terceirização dos CEUs;
- REQ/EDUC 38/2020 – SME – Pedido de Informações acerca das contratações por notório saber pela Secretaria de Educação;
- REQ/EDUC 31/2020 – SME – Solicita informações sobre a fonte e aporte financeiro para a parceria com Organizações Sociais;
- REQ/EDUC 30/2020 – SME – Pedido de informações acerca da compra de vagas em escolas particulares;
- REQ/EDUC 29/2020 – SME – Solicita informações sobre o Cartão Alimentação;
- REQ/EDUC 23/2020 – Pedido de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher para discutir sobre a saúde e condições de trabalho dos profissionais de educação durante período de pandemia;
- REQ/EDUC 22/2020 – Pedido de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Finanças e Orçamento para discutir sobre a execução orçamentária da educação durante o período de pandemia;
- REQ/EDUC 19/2020 – todos os vereadores da Comissão – Moção de apoio ao PL nº 207/2020 do vereador Eduardo Matarazzo Suplicy;
- REQ/EDUC 17/2020 – Pedido de Audiência Pública para o debate de estabelecimento de protocolos para o retorno gradual da rede de ensino municipal;
- REQ/EDUC 05/2020 – Convite para comparecimento à Comissão de representantes de sindicatos para debater a questão do Quadro de Profissionais da Educação;
- REQ/EDUC 02/2020 – Pedido de Audiência Pública para debater as interferências e o desmatamento ocorrido na Reserva Indígena Jaraguá;
- REQ/EDUC 01/2020 – SME – Solicita informações acerca das UniCEUs.

2019:

- **REQ/EDUC 38/2019** – SME – Solicita informações sobre a situação da limpeza e conservação dos equipamentos públicos educacionais após alteração nos serviços contratados;
- **REQ/EDUC 36/2019** – SME – Solicita informações sobre o Transporte Escolar Gratuito (TEG);
- **REQ/EDUC 29/2019** – SME – Solicita informações sobre o ensino domiciliar na educação básica conforme PL nº 84/2019;
- **REQ/EDUC 28/2019** – Solicita a realização de um Seminário sobre o ensino domiciliar na educação básica, com a presença do Secretário Bruno Caetano;
- **REQ/EDUC 27/2019** – Solicitação de indicação da Comissão para compor a mesa na Audiência Pública sobre Home Schooling;
- **REQ/EDUC 26/2019** – SME – Solicita informações sobre os contratos de segurança e vigilância dos equipamentos públicos educacionais após alteração nos serviços contratados;
- **REQ/EDUC 23/2019** – Pedido de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e a Comissão da Criança e Adolescente para discutir a reorganização dos serviços prestados pelos Centros da Criança e do Adolescente (CCAs);
- **REQ/EDUC 20/2019** – SMC – Pedido de convite para a SPCine comparecer à Comissão para se manifestar sobre os futuros planos da SPCine;
- **REQ/EDUC 18/2019** – SMC – Pedido de reunião tendo como pauta exclusiva as mudanças introduzidas pela atual gestão nos procedimentos da Escola de Dança de São Paulo, ligada ao Theatro Municipal;
- **REQ/EDUC 10/2019** – Pedido de Audiência Pública sobre o tema de Alimentação Escolar e a compra de alimentos in natura para alimentação de forma direta pela unidade educacional;
- **REQ/EDUC 04/2019** – todos – Moção de repúdio às manifestações de ódios publicadas nas redes sociais pelo representante da gestão da DRE Campo Limpo, o Sr. Fábio Rodrigo Bottas;
- **REQ/EDUC 03/2019** – Pedido de Audiência Pública para discutir a concessão do Parque Municipal Chácara do Jockey.

2018:

- **REQ/EDUC 17/2018** – Pedido de Audiência Pública para discutir a importância do Fórum do Forró de São Paulo e SP Forró.

Requerimentos de Informações via Comissão de Política Urbana:

2017:

- **REQ/URB 77/2017** – Pedido de Audiência Pública para discutir o seguinte tema: “Paisagem e Patrimônio em São Paulo: o papel dos órgãos colegiados deliberativos”;

- **REQ/URB 75/2017** – Pedido de Audiência Pública para que possam ser discutidos os aspectos relacionados à preservação do Patrimônio Histórico no Município de São Paulo;
- **REQ/URB 73/2017** – Pedido de Audiência Pública tendo por tema o Projeto de Lei nº 575/2016 que “institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas e dá outras providências”;
- **REQ/URB 62/2017** – Pedido de Audiência Pública para discutir destinação de uso do imóvel, onde hoje a Cooperativa Cooperglícério realiza suas atividades;
- **REQ/URB 61/2017** – Pedido de Audiência Pública para discussão do PL nº 591/2013 sobre a inserção das cooperativas e associações de catadores na coleta seletiva do Sistema de Limpeza Urbana do município;
- **REQ/URB 54/2017** – Pedido de Audiência Pública sobre o tema: “Mortes no Trânsito: onde está a responsabilidade do Poder Público?”;
- **REQ/URB 53/2017** – Pedido de Audiência Pública para debater a participação social no município de São Paulo;
- **REQ/URB 40/2017** – Pedido de Audiência Pública para debater os problemas referentes ao Programa Auxílio Aluguel;
- **REQ/URB 39/2017** – Pedido de Audiência Pública para discussão do PL nº 78/2014, sobre o comércio e prestação de serviços de ambulantes;
- **REQ/URB 33/2017** – Pedido de Audiência Pública sobre a retirada dos moradores da Comunidade Vila da Paz, localizada em Itaquera, descumprindo o que foi pactuado entre a prefeitura e moradores em 2014;
- **REQ/URB 32/2017** – Oficiar a Secretaria Municipal de Habitação para que suspenda a entrega das unidades habitacionais HIS até que se apure sobre quais critérios foram adotados para a indicação da demanda;
- **REQ/URB 21/2017** – Pedido de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia para debater o aumento da velocidade nas marginais;
- **REQ/URB 17/2017** – Pedido de Audiência Pública tendo por tema o Projeto de Lei nº 181/2016 de autoria do ex-vereador Nabil Bonduki e coautor ver. Eduardo Suplicy, que Institui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social das Terras Indígenas”;
- **REQ/URB 14/2017** – Pedido de Audiência Pública tendo por tema “Feira da Madrugada – direitos, trabalho e desenvolvimento”;
- **REQ/URB 12/2017** – Pedido de Audiência Pública tendo por tema o Projeto de Lei nº 885/2013 de autoria do vereador Gilberto Natalini;
- **REQ/URB 09/2017** – Pedido de convite à Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, ao Secretário de Habitação e ao presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil para comparecer à Comissão;
- **REQ/URB 10/2017** – Pedido de Audiência Pública tendo por tema a Medida Provisória 756/2016 e seus impactos na cidade.

5 PROJETOS

O vereador Eduardo Suplicy apresentou **107 projetos**:

- 80 Projetos de Lei (PL) apresentados:
 - ◆ 32 aprovados;
 - ◆ 04 rejeitados;
 - ◆ 44 em tramitação.

- 12 Projetos de Decreto Legislativo (PDL) apresentados:
 - ◆ 07 aprovados;
 - ◆ 03 rejeitados;
 - ◆ 02 em tramitação.

- 13 Projetos de Resolução (PR) apresentados:
 - ◆ 02 aprovados;
 - ◆ 01 em tramitação;
 - ◆ 10 em tramitação.

- 02 Projetos de Emenda à Lei Orgânica (PLO) apresentados:
 - ◆ 01 rejeitado;
 - ◆ 01 em tramitação.

6 SEMINÁRIOS, PRÊMIOS E EMENDAS PARLAMENTARES

6.1 SEMINÁRIOS

Em 2019, o vereador Eduardo Suplicy organizou 2 importantes seminários.

Seminário Ambulantes – 11/11/2019

Os mandatos do deputado estadual José Américo, do vereador Eduardo Suplicy e da vereadora Juliana Cardoso realizaram um seminário sobre a Política Municipal do Comércio Ambulante, para debate acerca do PL 078/2014.

Esse seminário contou com a presença de diversas organizações da sociedade civil e do governo municipal e buscou debater os substitutivos ao referido PL, que já haviam sido objetos de audiências públicas, com a finalidade de consolidar um marco legal para a política do comércio ambulante na cidade de São Paulo.

No evento foram apresentados temas de grande importância para o comércio ambulante, abordando situações diversas, tais como a dos permissionários, dos ambulantes ainda sem autorização, a situação das pessoas com deficiência, sexagenários, egressos e imigrantes, como também questões relativas às fiscalizações, abordagens e apreensões de mercadoria.

Outro importante tema discutido na ocasião foi, na época, a recém-lançada plataforma “Tô Legal”, buscando examinar a questão das autorizações provisórias e licenças permanentes, como é o caso do Termo de Permissão de Uso (TPU). Foram levantadas questões relativas aos critérios utilizados para a definição de pontos economicamente viáveis, bem como a importância da participação social, visando à elaboração de uma política de comércio ambulante mais transparente e inclusiva para nosso município.

Seminário Remoções – 04/10/2019

Um dos temas mais recorrentes no gabinete são pedidos de ajuda em ações de despejo ou reintegração de posse, o que escancara o desafio da luta por moradia na cidade de São Paulo. Faltam procedimentos claros sobre como essas ações devam ser realizadas,

além de serem extremamente frágeis as ações de proteção social oferecidas pela prefeitura. Motivado por esse diagnóstico, o gabinete do vereador Eduardo Suplicy promoveu o seminário Remoções na Cidade de São Paulo.

Organizado em duas mesas que abordaram um diagnóstico das remoções e o papel da sociedade civil e do Poder Público no tema, o evento contou com a presença de acadêmicos internacionais, lideranças de ocupações, representantes de organizações da sociedade civil, além de representantes do Poder Público. Com público representativo, o evento permitiu avançar nas informações sobre essa realidade na nossa cidade e dar mais força para o PL 200/2019, que cria um Protocolo Unificado para Remoções na cidade de São Paulo.

6.2 PRÊMIOS

Ao longo dos quatro anos, o vereador Eduardo Suplicy foi membro de Comissão Julgadora de diversos prêmios entregues pela Câmara, como consta a seguir:

- 2017: Prêmio Chico Xavier de Reconhecimento Humanitário (representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania);
- 2018: Prêmio Chico Xavier de Reconhecimento Humanitário (representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania);
- 2018: Parlamento Jovem – Ensino Fundamental;
- 2019: Prêmio Chico Xavier de Reconhecimento Humanitário (representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania);
- 2019: Parlamento Jovem – Ensino Fundamental;
- 2019: 1ª edição do Prêmio Hely Lopes Meirelles em 2019 de gestor público eficiente (representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes);
- 2020: 15ª edição do Prêmio Paulo Freire (representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes).

6.3 EMENDAS

Ao longo do mandato, o vereador Eduardo Suplicy priorizou enviar orçamentos de emendas parlamentares para projetos voltados aos direitos humanos e à cultura. Em direitos humanos, a maior parte foi destinadas para a população em situação de rua, imigrantes e pessoas trans, ou seja, públicos em extrema vulnerabilidade. Na cultura, foi possível apoiar diversos eventos, festivais, mostras culturais em variadas regiões da cidade, além de dar suporte a equipamentos culturais. Em 2020, com a pandemia do coronavírus, o vereador optou em destinar parte das solicitações para projetos de combate à pandemia. A seguir, alguns dos principais projetos viabilizados a pedido do vereador:

- Primeiro Censo da População Trans no município com o objetivo de conhecer o perfil dessa população e embasar a construção de políticas públicas (2019 e 2020);
- Oficina de produção de roupas e tapetes com pessoas trans e pessoas em situação de rua (2018, 2019 e 2020);
- Natal Solidário da população em situação de rua (2017, 2018 e 2019);
- Festival de Cultura e Cidadania da população em situação de rua (2018);
- Barbearia no Chá do Padre para a população em situação de rua (2018);
- Implantação do Núcleo de Direitos Humanos da população em situação de rua (2019 e 2020);
- Implementação de políticas para migrantes (2017);
- Unidade Móvel de Atendimento à Imigrantes (2019);
- Eventos para a comunidade peruana e boliviana (2017, 2018, 2019 e 2020);
- Formação em direitos humanos para servidores em parceria com a Escola de Governo (2017);
- Projeto de fortalecimento cultural na Aldeia Tenondé – ações de fortalecimento da cultura Guarani (2017);
- Bolsas de estudo para cursinhos populares (2017);
- Compra de equipamentos para o Hospital do Servidor Público Municipal (2019);
- FELIZS – Feira Literária da Zona Sul (2017, 2018 e 2019);
- Compra de equipamentos e reformas em casas de cultura e centros culturais (2018);
- Eventos culturais em diversas regiões da cidade (2017, 2018 e 2019);
- Festivais e mostras de cinema (2019 e 2020);
- Acervo do Teatro Oficina (2020);
- Apoio à Cinemateca (2020);
- Eventos culturais online (2020);
- Projetos voltados à economia solidária (2019 e 2020);
- Estudo da regionalização do orçamento (2020);
- Combate à pandemia da Covid-19 (2020).

7 TEMAS PRINCIPAIS ABORDADOS NO MANDATO

7.1 RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

- Grupo de estudos sobre a Renda Básica entre 2017 e 2018;
- Lançamento e consolidação da Rede Brasileira de Renda Básica em abril de 2019;
- **Projeto de Lei nº 207/2020**, que institui a Renda Básica Emergencial e que serviu de texto para a substitutivo final do PL nº 620/2016 aprovado em outubro na Câmara;
- **Emenda ao Projeto de Lei nº 180/2020**, que dispunha sobre a garantia de uma renda aos trabalhadores e à população em situação de vulnerabilidade.

7.2 TRABALHO E RENDA

- **Projeto de Lei nº 591/2013 (em tramitação)** – Inserção das cooperativas e associações de catadores da coleta seletiva no sistema de limpeza urbana;
- **Projeto de Lei nº 078/2014 (em tramitação)** – alterações na lei que dispõe sobre o exercício do comércio ou prestação de serviços de ambulantes;
- **Projeto de Lei nº 485/2016 (aprovado na Câmara, vetado pelo Poder Executivo)** – Estabelece diretrizes sobre o programa Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultural;
- **Projeto de Lei nº 197/2018 (em tramitação)** – Cria a Lei Paul Singer, marco regulatório municipal da economia solidária;
- Audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania com o seguinte tema: “A gestão de resíduos sólidos diante da pandemia: os desafios das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis”;
- A partir de audiência pública virtual da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, o vereador em acordo com o Poder Executivo instalou um Comitê de Acompanhamento para pagamento e extensão do auxílio emergencial das/os catadoras/es de material reciclável durante a pandemia. O comitê, composto

pelo mandato do vereador Suplicy, Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo e da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), Cataki/Pimp my carroça obteve a extensão do auxílio para mais 668 catadores(as), a partir do diálogo e compartilhamento de dados entre Poder Executivo e movimentos da sociedade civil organizada sob supervisão do Poder Legislativo.

7.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

- **Projeto de Lei nº 145/2018 (Lei nº 17.252/2019)** – Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua e institui o Comitê Intersetorial de Políticas para a População em Situação de Rua;
- **Projeto de Lei nº 332/2018 (Lei nº 17.196/2019)** – Inclui no calendário da cidade o dia 19 de agosto como Dia Municipal de Luta da PopRua;
- **Projeto de Lei nº 26/2017 (em tramitação)** – Dispõe sobre o tratamento da população em situação de rua nas ações de zeladoria urbana;
- Visitas da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania aos centros de acolhida para pessoas em situação de rua, com produção de relatório: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/comissao-de-direitos-humanos-aponta-problemas-em-centros-de-acolhida/>
 - ◆ 2017: 3 visitas a Centros de Acolhida;
 - ◆ 2019: 8 visitas a Centros de Acolhida.
- Diversas audiências públicas na Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

7.4 LGBTQI+

- **Projeto de Lei nº 399/2017 (em tramitação)** – Declara a “Parada Do Orgulho Lgbt de São Paulo” como patrimônio cultural imaterial;
- **Projeto de Lei nº 009/2018 (em tramitação)** – Dispõe sobre o Programa Municipal de Empregabilidade Trans;
- **Projeto de Lei nº 10/2020 (em tramitação)** – Garante o uso de banheiros em órgãos públicos e equipamentos públicos municipais, e em centros e estabelecimentos comerciais da cidade por travestis, homens trans e mulheres transexuais de acordo com a sua identidade de gênero;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2018 (DL nº 47/2018)** – Entrega do título de cidadã paulistana à Salete Campari;
- Participação na Parada LGBTQI+ nos anos 2017/2018/2019;
- Audiências públicas para a construção do Conselho Municipal LGBT.

7.5 DIREITOS HUMANOS E DIREITO À CIDADE

- **Projeto de Lei nº 840/2013 (em tramitação)** – Dispõe sobre a utilização de espaços da cidade para a arte do grafite;
- **Projeto de Lei nº 906/2013 (em tramitação)** – Dispõe sobre ações socioeducativas na rede pública de ensino nas escolas municipais, visando a prevenção de violência contra a mulher;
- **Projeto de Lei nº 10/2014 (Lei nº 16.833/2018)** – cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado João Goulart;
- **Projeto de Lei nº 79/2016 (Lei nº 16.736/2017)** – Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessíveis a frequentadores masculinos em “shopping centers” e estabelecimentos similares;
- **Projeto de Lei nº 447/2016 (Lei nº 16.701/2017)** – Alteração de denominação da Praça General Milton Tavares de Souza para Praça Paulo Sella Neto (Tin Tin), conforme Decreto nº 57.146/2016 (Programa Ruas de Memória);
- **Projeto de Lei nº 181/2016 (em tramitação)** – Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas;
- **Projeto de Lei nº 187/2017 (em tramitação)** – Dispõe sobre cotas étnico-raciais nos espaços de participação e controle social;
- **Projeto de Lei nº 407/2017 (Lei nº 16.933/2018)** – Inclui no calendário da cidade o Dia Municipal de Luta contra o Encarceramento da Juventude Negra;
- **Projeto de Lei nº 537/2017 (em tramitação)** – Institui a Política Municipal de Atendimento às Pessoas em Restrição de Liberdade e Egressas;
- **Projeto de Lei nº 663/2017 (Lei nº 16.928/2018)** – Denomina Centro Municipal de Culturas Negras do Jabaquara – Mãe Sylvia de Oxalá – CCNJ;
- **Projeto de Lei nº 688/2017 (Lei nº 16.950/2018)** – Inclui no calendário da cidade o Dia da Independência Peruana (28 de julho);
- **Projeto de Lei nº 689/2017 (em tramitação)** – Dispõe sobre a criação da feira de arte, artesanato, cultura e gastronomia peruana na praça Coronel Fernando Prestes;
- **Projeto de Lei nº 729/2017 (Lei nº 17.130/2019)** – Inclui no calendário da cidade o Dia Municipal de Redução de Danos (24 de novembro);
- **Projeto de Lei nº 364/2018 (Lei nº 17.209/2019)** – denomina Praça João Baptista Breda (Jardim Matarazzo), por solicitação dos moradores e ativistas de direitos humanos;
- **Projeto de Lei nº 365/2018 (Lei nº 17.210/2019)** – denomina Travessa Manoel Lino de Aveiro Vasconcelos (Freguesia do Ó) – por solicitação dos moradores;
- **Projeto de Lei nº 621/2018 (em tramitação)** – Dispõe sobre a colocação do número de telefone da Ouvidoria da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em suas viaturas;
- **Projeto de Lei nº 240/2019 (Lei nº 17.279/2020)** – Inclui no calendário da cidade o Ano Novo Andino – Inti Raymi (21 de junho);

- **Projeto de Lei nº 156/2019 (Lei nº 17.307/2020)** – Denomina Praça Marielle Franco (Brasilândia) – por solicitação dos moradores;
- **Projeto de Lei nº 48/2019 (Lei nº 17.446/2020)** – Institui a campanha de combate à importunação sexual no transporte público municipal);
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2017 (DL nº 34/2017)** – Título de cidadão post-mortem paulistano a Luiz Carlos Ruas – Índio;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 43/2018 (DL nº 59/2018)** – Título de cidadão paulistano ao Sr. João Miranda Neto (UNAS – União dos Moradores de Heliópolis);
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2017 (DL nº 30/2019)** – Título de cidadã paulistana à Sra. Conceição Evaristo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 030/2019 (DL nº 51/2019)** – Outorga de salva de prata ao Departamento Jurídico XI de Agosto;
- **Projeto de Resolução nº 13/2015 (Resolução nº 9/2017)** – Cria a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara de São Paulo;
- **Projeto de Resolução nº 22/2017 (resolução nº 17/2017)** – Cria a Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial;
- **Projeto de Resolução nº 53/2017 (em tramitação)** – cria a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social;
- **Projeto de Resolução nº 32/2019 (Resolução nº 6/2020)** – Cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Feirantes e das Feiras Livres;
- **Projeto de Resolução nº 14/2020 (em tramitação)** – Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Periferia;
- Audiências Públicas Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania com os seguintes temas:

2017:

- ◆ População em situação de rua na cidade de São Paulo;
- ◆ Políticas LGBTs: avanços e retrocessos;
- ◆ Alterações na política de assistência social na cidade de São Paulo;
- ◆ Projeto de requalificação dos baixos do viaduto Júlio de Mesquita Filho (conhecimento e debate de informações sobre a existência de projeto, conteúdo e proponentes);
- ◆ Intervenção urbana no largo do Arouche.

2018:

- ◆ Mulheres encarceradas;
- ◆ Retrocessos nas políticas públicas para a igualdade racial;
- ◆ Marielle Vive: violência de Estado e defesa dos direitos humanos;
- ◆ Situação das famílias nas ocupações na região central;
- ◆ Situação dos imigrantes venezuelanos em São Paulo;
- ◆ Políticas para a população em situação de rua;
- ◆ I Conferência Regional das Culturas Latinoamericanas;

- ◆ Cuidado público com nossos mortos;
- ◆ Fortalecer a democracia: conhecendo as lutas dos movimentos sociais;
- ◆ Mulheres gestantes e mães em situação de rua na agenda da política municipal.

2019:

- ◆ Oitivas sobre a violação dos direitos humanos na Comunidade do Cimento;
- ◆ Políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade de São Paulo;
- ◆ PL nº 620/2016 que institui a RBC – Renda Básica de Cidadania;
- ◆ Política Municipal para a População em Situação de Rua;
- ◆ Audiência de escuta com moradores, ativistas e a população em geral para construirmos uma proposta, a ser futuramente entregue à prefeitura, sobre marcos LGBTI para a região do Arouche;
- ◆ São Paulo diz não à intolerância religiosa;
- ◆ Filhas e filhos de imigrantes: seus direitos e desafios para garanti-los;
- ◆ I Conferência Regional das Culturas Latino Americanas;
- ◆ Os direitos humanos em defesa das liberdades democráticas e da anistia política.

2020:

- ◆ Ações de apoio à população em vulnerabilidade social no enfrentamento à pandemia;
- ◆ Medidas emergenciais para enfrentamento da pandemia;
- ◆ Escalada da crise sanitária nas periferias e desigualdade territorial;
- ◆ A gestão de resíduos sólidos diante da pandemia: os desafios das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis;
- ◆ Despejos e reintegrações em SP e as violações de direitos humanos durante a pandemia;
- ◆ Covid-19 e o acolhimento da população em situação de rua;
- ◆ A pandemia em São Paulo: os desafios das(os) trabalhadoras(es) do comércio ambulante;
- ◆ As condições de trabalho dos entregadores durante a pandemia;
- ◆ Diálogo aberto com a primeira-dama do Estado de São Paulo sobre as condições da população em situação de rua (Bia Doria não compareceu e nem enviou representante);
- ◆ Violência policial;
- ◆ Situação da população migrante na cidade de São Paulo;
- ◆ Audiência fechada de escuta sobre a situação dos presos e presas no sistema penal, com representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Associação de Familiares de Presos e Presas;
- ◆ A flexibilização do isolamento e o agravamento da pandemia;
- ◆ Zeladoria urbana e o tratamento à população em situação de rua;
- ◆ Obtenção de informação sobre a saúde de pessoas em situação de rua durante a pandemia.

7.6 MORADIA

- **Projeto de Lei nº 366/2018 (em tramitação)** – Cria o programa de prevenção de incêndios nas ocupações da Cidade;
- **Projeto de Lei nº 200/2019 (em tramitação)** – Cria o protocolo unificado para remoções da cidade de São Paulo;
- Atuação ativa para suspensão de pedidos de reintegração de posse sem o suporte adequado às famílias;
- Audiência pública na Comissão de Política Urbana sobre “Os retrocessos da política fundiária com a Medida Provisória 759/2016”;
- Seminário sobre remoções realizado em 2019 (ver item Seminários).

7.7 EDUCAÇÃO

- **Projeto de Lei nº 906/2013 (em tramitação)** – Dispõe sobre ações socioeducativas na rede pública de ensino nas escolas municipais, visando a prevenção de violência contra a mulher;
- **Projeto de Lei nº 508/2016 (aprovado na Câmara em 2019, vetado pelo Poder Executivo)** – Institui o passe livre para os estudantes de cursinhos comunitários, de cursos técnicos e de cursinhos pré-vestibular nos serviços de transporte coletivo do município;
- **Projeto de Lei nº 213/2020 (em tramitação)** – Institui o cartão alimentação para famílias com alunos na rede pública municipal de ensino e de baixa renda;
- **Projeto de Lei nº 324/2020 (em tramitação)** – autoriza a instituição do programa São Paulo Conectada (distribuição de computadores a estudantes e professores);
- Audiências públicas em defesa de uma educação de qualidade e universal;
- Em 2020, apoiou e participou de todas as reuniões do Comitê Emergencial de Crise da Educação devido à pandemia do Covid-19 (13 reuniões até 27/10);
- Visitas a unidades educacionais;
- Organização e participação em live sobre o retorno presencial das aulas com especialistas de saúde e de educação e representantes de professores e de familiares;
- Participação ativa em diversas audiências públicas com os temas:
 - ◆ Debate do retorno das aulas;
 - ◆ Minuta de protocolo de volta às aulas;
 - ◆ Medidas para o retorno às aulas presenciais;
 - ◆ Execução orçamentária da educação e Alimentação Escolar;
 - ◆ Reforma do Ensino Médio Municipal.

7.8 SAÚDE

- **Projeto de Lei nº 536/2017 (em tramitação)** – Altera a lei que dispõe sobre a fixação obrigatória, nos locais e nas condições que estabelece, da lista de medicamentos disponíveis na Rede Pública Municipal de Saúde (incluindo divulgação em sítio eletrônico);
- **Projeto de Resolução nº 16/2019 (em tramitação)** – Cria a Frente Parlamentar de Controle das Doenças IST/HIV/AIDS e Tuberculose;
- Diversos Projetos de Lei relacionados ao combate à pandemia do novo coronavírus (ver seção Medidas Emergenciais na Pandemia do Coronavírus).

7.9 CULTURA

- Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes em 2018, 2019 e 2020, atuando fortemente no diálogo com a sociedade civil e com a Secretaria de Cultura, apresentando as demandas dos coletivos e representantes de espaços ameaçados;
- **Projeto de Lei nº 840/2013 (em tramitação)** – Dispõe sobre a utilização de espaços da cidade para a arte do grafite;
- **Projeto de Lei nº 015/2015 (aprovado na Câmara em 2017, vetado pelo Poder Executivo)** – Dispõe sobre a criação do Programa para Valorização do Idoso (Vaidoso);
- **Projeto de Lei nº 181/2016 (em tramitação)** – Cria a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas;
- **Projeto de Lei nº 298/2016 (em tramitação)** – Institui e disciplina o Carnaval de rua;
- **Projeto de Lei nº 805/2017 (aprovado na Câmara em 2020, vetado pelo Poder Executivo)** – Dispõe sobre a criação do Parque do Bixiga;
- **Projeto de Lei nº 478/2019 (em tramitação)** – Cria o programa municipal de fomento a linguagem de cultura reggae/rastafari;
- **Projeto de Lei nº 343/2020 (em tramitação)** – Cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período de pandemia do Covid-19 (apoio financeiro a trabalhadores, organizações e equipamentos comunitários da Cultura, R\$ 600 reais, por 3 meses);
- **Projeto de Lei nº 379/2020 (em tramitação)** – Institui a Galeria de Arte a Céu Aberto como pólo artístico, histórico e turístico;
- **Projeto de Lei nº 278/2020 (em tramitação)** – Cria o programa de assistência aos artistas populares do município de São Paulo (apoio financeiro a artistas populares, no valor de R\$ 600, enquanto durar a pandemia);
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 78/2019 (DL nº 86/2019)** – Concessão da salva de prata ao grupo Racionais MC's;

- **Projeto de Resolução nº 12/2020 (em tramitação)** – Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Cinemateca Brasileira;
- Suporte às casas de cultura, além de sempre apoiar as lutas dos movimentos culturais;
- Atuação forte na defesa do Teatro Oficina e Parque do Bixiga, mediando as relações entre prefeitura, movimentos, moradores da região, Silvio Santos e vereadores;
- Articulação em defesa do Teatro do Povo do Faroeste, na Luz;
- Eduardo Suplicy, tendo em conta escultura tão bela que observou no Caminho de Santiago de Compostela, Espanha, dedicada a chamar a atenção sobre a gravidade de atos de violência contra as mulheres, resolveu sugerir ao Prefeito Bruno Covas e ao Secretário da Cultura Alexandre Schneider que promovessem um concurso entre artistas para a realização de obras de arte que venham a chamar a atenção da consciência, sobretudo dos homens, que de maneira alguma devem desrespeitar e agir com violência contra as mulheres. Estas obras de arte poderão então ser colocadas em lugares de intensa movimentação de pessoas da cidade, com o fim de chamar a atenção sobre a importância de se prevenir quaisquer atos de violência contra as mulheres.

7.10 MEIO AMBIENTE

- **Projeto de Lei nº 575/2016 (Lei nº 17.104/2019)** – Institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas;
- **Projeto de Lei nº 616/2016 (em tramitação)** – Determina que sejam disponibilizadas informações sobre termos de compensação ambiental e termos de compromisso de ajustamento de conduta ambiental;
- **Projeto de Lei nº 503/2016 (em tramitação)** – Dispõe sobre o manejo de espécies arbóreas exóticas;
- **Projeto de Lei nº 420/2018 (em tramitação)** – Altera o parágrafo 2º do Artigo 11 da Lei nº 16.899 de 24 de Maio de 2018 e dá outras providências – (Retirado dos conselhos gestores dos parques municipais a prerrogativa de deliberar, fiscalizar, criar normatizações).

7.11 TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- **Projeto de Lei nº 145/2018 (Lei nº 17.252/2019)** – Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua e Institui o Comitê Intersetorial de Políticas para a População em Situação de Rua;
- **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 03/2019 (em tramitação)** – Obrigatoriedade do comparecimento anual do prefeito à câmara para pronunciamento à respeito da situação do município;

- **Projeto de Lei nº 255/2020 (Lei nº 17.448 de 09/09/2020)** – Medidas de transparência ativa a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública;
- **Projeto de Resolução nº 40/2017 (em tramitação)** – Cria a frente Parlamentar da Participação Social.

7.12 MEDIDAS EMERGENCIAIS NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

- **Projeto de Lei nº 207/2020 (em tramitação)** – Criação Do programa de Renda Básica Emergencial Municipal;
- **Projeto de Lei nº 208/2020 (em tramitação)** – Dispõe sobre a criação de um cartão alimentação para fins de recebimento de créditos destinados a aquisição de cesta básica;
- **Projeto de Lei nº 213/2020 (em tramitação)** – Institui o cartão alimentação para famílias com alunos na rede pública municipal de ensino e de baixa renda;
- **Projeto de Lei nº 235/2020 (Lei nº 17.338 de 14/04/2020)** – Institui o fundo especial de despesas da câmara para combate à Covid-19;
- **Projeto de Lei nº 255/2020 (Lei nº 17.448 de 09/09/2020)** – Medidas de transparência ativa a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública;
- **Projeto de Lei nº 260/2020 (Lei nº 17.340 de 30/04/2020)** – Dispõe sobre medidas de proteção da saúde pública e de assistência social para o enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (Covid-19);
- **Projeto de Lei nº 277/2020 (em tramitação)** – Dispõe sobre medidas de proteção à saúde pública enquanto perdurar a situação de emergência e calamidade pública;
- **Projeto de Lei nº 278/2020 (em tramitação)** – Cria o programa de assistência aos artistas populares do município de São Paulo;
- **Projeto de Lei nº 298/2020 (Lei nº 17.417 de 21/07/2020)** – Institui o dia em memória dos trabalhadores que faleceram durante o combate ao coronavírus na cidade de São Paulo;
- **Projeto de Lei nº 324/2020 (em tramitação)** – autoriza a instituição do programa São Paulo Conectada (distribuição de computadores a estudantes e professores);
- **Projeto de Lei nº 343/2020 (em tramitação)** – Cria a Lei Municipal de Emergência Cultural durante o período de pandemia do COVID-19 (apoio financeiro a trabalhadores, organizações e equipamentos comunitários da Cultura, R\$ 600 reais, por 3 meses);
- **Projeto de Lei nº 415/2020 (em tramitação)** – Dispõe sobre a instituição do programa São Paulo defende a vida no combate ao Covid-19 e autoriza a adoção de Medidas de assistência social, devido à pandemia de coronavírus.

Câmara Municipal de São Paulo
Palácio Anchieta – Viaduto Jacareí, 100 – 01319-900 - Sala 418
(11) 3396-4236
eduardo.suplicy@saopaulo.sp.leg.br
www.eduardosuplicy.com.br